



21.08.2021

Tiago Lima

Estudante de Mestrado

em Engenharia Florestal (ISA)

Candidato independente pela Iniciativa Liberal

UF Pontinha e Famões

Proteger os Odivelenses contra as cheias nunca foi tão importante

Neste verão de 2021, cheias no centro da Europa provocaram [mais de 200 mortos](#), com a Alemanha a afirmar que esta catástrofe é a [pior dos últimos 50 anos](#) a afetar o seu país.

Muitos odivelenses se recordarão das terríveis cheias em novembro de 1967 (o Relatório Ambiental do PDMO aponta a esta cheia um período de retorno de 500 anos), que provocaram mais de 500 mortes em Portugal, mais do triplo das mortes provocadas até ao momento nas cheias atuais do centro da Europa. Esta destruição que se verificou em Portugal foi maior uma vez que "se deixa construir em encostas superiores a 15 a 20%, (...) se constrói em vales intensivamente, quando, enfim, se destrói todo o sistema natural de drenagem e se constrói a cidade sobre essa destruição", conforme justifica Gonçalo Ribeiro Telles no seu testemunho, reproduzido [aqui](#), de 1973. Mais, o arquiteto paisagista deixa um aviso:

"Se a mesma queda pluviométrica que se verificou em [1967] se verificar nos nossos dias, (...) como não se emendou a mão a esse sentido negativo

de construção na paisagem, podemos ter a **certeza** de que as **consequências hoje serão mais nefastas do que foram então.**”

No entanto, estas cheias não foram as únicas a afetar gravemente o concelho de Odivelas, desde então, bastando consultar o Relatório Ambiental do PDM de Odivelas ([aqui](#)) para recordar outros episódios graves em novembro de 1983 e fevereiro de 2008.

Não é necessário chover muito para se notar o défice da capacidade de drenagem do nosso concelho. Uma chuva moderada é suficiente para alagar algumas das ruas, como, por exemplo, se verifica na Rua Cidade da Horta, na Pontinha, todos os Invernos.

Urge então repensar toda a urbanização e tipo de intervenção nos (pouquíssimos) espaços verdes do nosso concelho. Em especial, em todas as urbanizações localizadas em encostas muito inclinadas (por exemplo o Casal da Perdigueira e Vale Pequeno) e em fundos do vale, ao lado do Rio Costa (por exemplo Olival de Basto, a zona mais afetada em 1967).

O Relatório Ambiental do PDM de Odivelas, lançado em 2015, propõe várias medidas de forma a mitigar o risco “elevado” de cheias no concelho, não sem algumas incongruências com o que tem sido aplicado pelo Executivo Municipal. Ora vejamos:

- Os impactos das cheias estão associados à **cobertura vegetal** e à alteração da topografia, dos **leitos naturais das linhas de água** e, conseqüentemente, alteração de aspetos do ciclo hidrológico
- O aumento da **área impermeabilizada** gera **maiores caudais de cheia**, o que leva à necessidade de regularizar, isto é, limpar e cuidar das linhas de água

Agora vejamos o exemplo de uma das limpezas promovida pela CMO, a momentos de campanha eleitoral:



Figura 1 - Limpeza de Ribeiro em Odivelas pela empresa Rota Certa Ltd, contratada pela CMO: <https://www.facebook.com/rotacerta.lda/posts/1472111636458098>

Esta limpeza total, deixando a grande maioria da terra nua, com poucas dezenas de árvores por 100m de ribeiro, é uma terrível forma de atuar sobre as linhas de água do concelho. Em primeiro lugar, a principal vegetação removida – as canas – é uma espécie invasora em Portugal. Como tal, devem ser feitos esforços para reduzir a sua expressão nos nossos ribeiros, substituindo gradualmente por vegetação nativa.

Vejamos os métodos de controlo sugeridos pelo projeto Invasoras.pt: caso as canas sejam juvenis (até 2m altura), podem remover diretamente, de outra forma deve ser feito o corte raso e depois remoção dos rizomas que ficam enterrados e podem rebentar novamente. A destruição e/ou queima do material das canas é necessário; não tenho conhecimento que tal tenha sido feito nestas limpezas promovidas pela CMO. Caso as canas rebentem rapidamente, deve se repetir o corte assim que atingem 50 a 100cm; o historial da CMO é o corte habitualmente a cada 4 anos, o que é ineficaz para controlar este problema.

Em segundo lugar, mesmo que o controlo das canas seja ineficiente, seria possível haver uma sementeira ou aplicação de técnicas de engenharia natural para simultaneamente recuperar a vegetação do ribeiro e segurar as terras, pois deixando neste estado facilmente poderá ocorrer deslizamento de terras e novo entupimento dos leitos. Em suma, **mais do que limpar um ribeiro, é necessário saber gerir os recursos da Câmara** para evitar a necessidade de estar sempre a repetir estas ações.

A título de referência para os leitores mais interessados, deixo nomes de algumas técnicas de engenharia natural que poderiam ser adotadas no Rio da Costa e restantes ribeiros do concelho: Esteiras com ramos vegetativos, Rolos vegetados e também Grades de vegetação. Já existem empresas a assegurar estes serviços em Portugal, com aplicação, por exemplo, no Ribeiro S. Pedro Moel, em Leiria, após o Incêndio de 15 de outubro de 2017 ([aqui](#)).

O Núcleo Territorial de Odivelas da IL, para além das propostas do nosso Programa para mitigação do risco de cheias e erosão dos solos, como a Mata Municipal da Encosta da Luz e Vale do Forno, e a Mata do Olival Basto (de forma a criar espaços verdes de retenção de água), promete reanalisar os métodos atuais de gestão dos cursos de água do concelho, tendo sempre em conta **a gestão dos fundos públicos** e a **eficácia das intervenções planeadas**.

Temos noção que há muitas mais variáveis em causa, como as AUGI nas imediações dos ribeiros e conflitos com animais que se propagam do ribeiro para a urbanização. É por isso que continuamos a contar com os contributos dos residentes do concelho para todos juntos melhorarmos estas e outras propostas.

Se se revê nestas ideias, junte-se a nós e ajude-nos a REPROGRAMAR ODIVELAS!